

Comissão Especial de Inquérito é aberta na Câmara

Objetivo é apurar possíveis irregularidades nos serviços prestados pelo Pronto Atendimento do município

Foi instaurada na noite de segunda-feira (19), em Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores, uma Comissão Especial de Inquérito (CEI) para apuração de possíveis irregularidades e ineficácia dos serviços prestados pelo Pronto Atendimento de nossa cidade, os quais são custeados por recursos públicos municipais. O requerimento foi apresentado pelo vereador Serginho, com assinatura de apoio dos vereadores Josimar Rodrigues, Paraná do Sindicato, Junior Baptista, Vitor Bini, Neide Teodoro e Ian Salomão.

Na Sessão Ordinária de 9 de junho, a Câmara aprovou requerimento de autoria do vereador Paraná do Sindicato, questionando a Prefeita sobre a falta de medicamentos e descaso com relação aos usuários do Pronto Atendimento de Paraguaçu Paulista. Segundo Paraná, o requerimento foi motivado pelas constantes reclamações dos munícipes.

De acordo com a justificativa do vereador Serginho, tal questionamento vai ao encontro de inúmeras experiências levadas aos vereadores, que relatam episódios semelhantes sobre mal atendimento daquele órgão de saúde. Atualmente, com as redes sociais, os cidadãos passaram a se expressar de forma mais contundente, relatando as experiências pessoais ou familiares vividas junto ao Pronto Atendimento.

“Há denúncias de negligência no atendimento de urgência, que se tivesse sido efetuado de forma regular poderia ter impedido um óbito. Se isso realmente procede, é inadmissível, pois os profissionais envolvidos estão trabalhando com vidas”, disse Serginho.

Ainda de acordo com a justificativa do autor, podem existir abusos por parte de alguns usuários, “porém não é possível crer que uma pessoa procure o Pronto Atendimento altas horas da noite sem que necessite, e não cabe ao profissional julgar ou tentar dimensionar o sofrimento ou dor do usuário, ele tem a obrigação de atender bem, afinal o primeiro atendimento é essencial para o sucesso do restante do tratamento”.

Os serviços do Pronto Atendimento, assim como os serviços especializados de retaguarda médica são custeados pelo município. “Os servidores, sejam eles administrativos, da saúde ou mesmo os médicos que ali prestam serviço, têm a obrigação moral e profissional de bem atender os cidadãos, pois são remunerados para esse fim. Assim, diante de relatos de que os serviços do Pronto Atendimento não estão sendo prestados a contento, necessária se faz a instituição de uma Comissão Especial de Inquérito para averiguar tais denúncias e verificar se os recursos públicos estão sendo aplicados de forma correta”, finalizou o vereador Serginho.

Logo após a leitura do requerimento, houve o sorteio dos nomes dos vereadores para a formação da CEI - Comissão Especial de Inquérito.

Na sequência, os vereadores sorteados tiveram cinco minutos para definir as atribuições de cada um na CEI, ficando estabelecido o seguinte: Serginho como presidente da Comissão; Paraná do Sindicato na função de secretário; Josimar Rodrigues como relator; e Luciana da Adepta e Márcio da São José como membros.

A CEI tem 90 dias para elaborar um relatório, que será levado ao Plenário e apresentado aos vereadores. Nos próximos dias, os vereadores integrantes da Comissão devem se reunir para dar início aos trabalhos.

Requerimentos

Vereadores fazem questionamentos à Prefeita Almira Garms

Na Sessão Ordinária de segunda-feira, 19 de junho, a Câmara de Vereadores aprovou 4 requerimentos.

Requerimento 69/2017, de autoria do vereador Paraná do Sindicato, que requer à Prefeita Municipal informações quanto ao descarte irregular de lixo, resíduos, entulhos e animais mortos nas estradas rurais e em áreas públicas do município.

“Com a mudança do local de descarte que antes era no Almoxarifado da Prefeitura Municipal, para a Usina de Reciclagem, localizada na Rodovia Prefeito José Gagliardi, devido a distância de 6 km da cidade, o descarte irregular em terrenos baldios e nas estradas rurais de nosso município acabou aumentando. Sendo assim, necessário obter informações, para que possamos sanar os problemas”, disse o vereador autor.

O requerimento questiona se existe alguma ação educativa para sanar os problemas causados pelo descarte irregular; se existe algum local adequado para receber estes descartes sem prejudicar a população; se existe alguma multa ao cidadão que for flagrado fazendo descarte irregular; quais são as ações da Administração Municipal para o cumprimento do Código de Posturas do Município; e se há profissional contratado para fiscalizar o descarte e cumprimento das normas estabelecidas no Código de Posturas do Município.

Requerimento 70/2017, de autoria do vereador Serginho, que requer à Prefeita Municipal informações sobre o serviço de tapa-buracos nas ruas da cidade.

“Nossa cidade está passando por uma das maiores crises com relação à conservação das vias públicas, devido a infinidade de buracos existentes que atrapalham o tráfego e colocam em risco a vida das pessoas. Passados cinco meses do mandato da atual administração, ainda não vimos solução concreta para esse problema, que a cada dia aumenta mais. O governador Geraldo Alckmin, quando da entrega das casas populares, anunciou que enviaria recursos para a operação tapa-buracos e recapeamento, mas já se passaram quase dois meses e até o momento nada foi feito”, explicou Serginho.

O requerimento traz uma série de questionamentos, tais como: se o Governo Estadual já enviou os recursos prometidos; qual o montante que será empregado no serviço; se os recursos disponíveis serão suficientes para atender a demanda de toda a cidade; se a administração possui um mapeamento dos buracos do município; e se já houve licitação para o serviço em questão.

Requerimento 71/2017, de autoria do vereador Serginho, com assinatura de apoio do vereador Josimar Rodrigues, que requer à Prefeita Municipal informações sobre a construção do Centro de Zoonoses Municipal, objeto de ação civil pública movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra o município.

Em 2009, o Ministério Público ingressou com ação para que o município construísse um Centro de Zoonoses, com base em legislação estadual e no Código de Posturas do Município. Condenado em primeira instância, a decisão judicial foi confirmada pelo Tribunal de Justiça em 2014, porém, o Tribunal dilatou 3 anos para o prazo de construção do centro.

Entre as várias obrigações impostas, além da construção do Centro de Zoonoses, estão o recolhimento dos animais das vias públicas, esterilização cirúrgica e registro dos animais recolhidos, desenvolvimento de programa e campanhas de adoção, entre outros.

“Por tratar-se de motivo de extrema importância e gravidade e uma vez que a atual administração tem conhecimento sobre essa condenação, é que buscamos informações sobre a real situação dessas obrigações impostas ao município”, explicou o vereador Serginho.

Requerimento 72/2017, de autoria do vereador Serginho, com assinatura de apoio do vereador Josimar Rodrigues, que requer à Prefeita Municipal informações sobre as convocações e o preenchimento dos cargos constantes do Concurso Público nº 01/2016.

“De acordo com o edital do concurso, o mesmo destinava-se ao provimento de cargos vagos existente à época, dos que vagarem e dos que forem criados através de Lei, dentro do prazo de validade do concurso. Ocorre que fomos procurados por alguns munícipes, que participaram do concurso e que nos questionam os procedimentos adotados quanto ao número chamado e a ordem de classificação de alguns convocados para os cargos”, disse Serginho.

O requerimento questiona se todas as vagas disponibilizadas pelo referido concurso foram preenchidas; se foram convocados candidatos classificados em número superior às vagas oferecidas; e se existe previsão para convocação dos demais classificados.

Requerimentos

Na Sessão Ordinária de segunda-feira (19) os vereadores apresentaram 10 indicações

Indicação 227/2017 de autoria do vereador Marinho Thimoteo e outro, que indica ao Presidente da Câmara a doação ou empréstimo das mesas do plenário para as unidades básicas de saúde.

Indicação 228/2017 de autoria do vereador Marinho Thimoteo e outro, que indica à Prefeita Municipal a instalação de uma academia ao ar livre no Conjunto Habitacional Murilo Macedo.

Indicação 229/2017 de autoria do vereador Vitor Bini, que indica à Prefeita Municipal a realização de estudos para a concessão de desconto por quilometragem no transporte universitário com as universidades da região para alunos do município.

Indicação 230/2017 de autoria do vereador Marinho Thimoteo e outro, que indica à Prefeita Municipal denominar a EMEI que será inaugurada na Vila Nova com o nome do saudoso "Pastor Hélio Silva Pacheco".

Indicação 231/2017 de autoria do vereador Serginho, que indica ao Presidente da Câmara que seja fixado novamente o quadro em homenagem ao saudoso vereador João Rio Zampronio Villarino pelo seu trabalho realizado em prol da comunidade paraguaçuense e pelo número de mandatos exercidos junto ao Poder Legislativo.

Indicação 232/2017 de autoria do vereador Serginho, que indica ao Presidente da Câmara a instalação de um mural, na Câmara Municipal, com a foto dos atuais vereadores.

Indicação 233/2017 de autoria do vereador Cícero Policial, que indica à Prefeita Municipal que o espaço público localizado na Rua Juvencio Aguilera, em frente ao nº 430, seja destinado à construção de uma praça.

Indicação 234/2017 de autoria da vereadora Luciana da Adepta, que indica à Prefeita Municipal uma parceria entre o Poder Executivo Municipal e a Coopacam, visando a cessão de uma pá carregadeira e de um caminhão.

Indicação 235/2017 de autoria da vereadora Luciana da Adepta, que indica à Prefeita Municipal disponibilizar professor de braille para os deficientes visuais da rede municipal de ensino.

Indicação 236/2017 de autoria do vereador Paraná do Sindicato, que indica à Prefeita Municipal a realização de estudos para a implantação de unidade móvel com equipamentos e medicamentos veterinários, e de médico veterinário para atendimento de animais feridos e adoentados.



Sessão Ordinária de 19 de junho

Abandono de veículos em vias públicas será proibido por lei

Projeto é de autoria do vereador Junior Baptista e foi aprovado por unanimidade

Em Sessão Ordinária realizada na segunda-feira (19), a Câmara de Vereadores aprovou projeto de lei de autoria do vereador Junior Baptista, que proíbe o abandono de carros, reboques, semirreboques em vias públicas do município. Tal abandono é prejudicial ao estacionamento e fluxo de veículos e pedestres, ao atendimento do serviço público de limpeza das ruas e ao recolhimento de resíduos, podendo servir como foco de doenças como a dengue e de abrigo para pragas urbanas, gerando riscos à saúde pública.

Consideram-se abandonados veículos em que não é possível a identificação do chassi ou do número do motor, com registro de comunicação de venda ou com débitos fiscais registrados no sistema do Detran. Configuram abandono ainda os casos de automóveis estacionados no mesmo local por mais de 30 dias consecutivos ou em situação de evidente estado de decomposição, entre outros casos.

“Inúmeras reclamações chegam pelos munícipes, os quais noticiam transtornos e incômodos causados pelos veículos de grande porte estacionados, principalmente no período noturno, nas vias e logradouros públicos.

Audiência Pública

Também configura relatos de integrantes da Polícia Civil o fato de que em alguns casos, o abandono do veículo é proposital, pois serve de esconderijo tanto para produtos ilícitos quanto para meliantes, o que demonstra que a matéria ora apresentada não versa apenas sobre trânsito, mas sobre segurança, atendendo assim ao interesse local, o que pode ser disciplinado por lei municipal”, disse o autor do projeto Junior Baptista.

Ao regulamentar a norma, poderá ser estabelecido pelo Executivo que os veículos deixados nas vias sejam recolhidos a um depósito municipal e a liberação se dará somente após a comprovação da propriedade e do pagamento da multa, das despesas de remoção e outras taxas exigidas e regulamentadas pelo Poder Público Municipal, além de conceder ao proprietário o prazo de 10 dias a contar da data do recolhimento para reaver o bem, sob pena de ser o mesmo leiloado pela municipalidade. Os valores arrecadados com as multas poderão ser direcionadas e a fiscalização caberá aos órgãos da Prefeitura.

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Junior Baptista

Câmara realiza audiência para discussão da LDO

A Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade da Câmara Municipal realizou na tarde de terça-feira (20) audiência pública para a discussão, junto à população paraguaçuense, do Projeto de Lei 37/2017, de autoria da Prefeita Almira Garms, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para elaboração e execução da Lei Orçamentária para o exercício de 2017. Esta comissão é formada pelos vereadores Vitor Bini - presidente; Serginho - vice-presidente; e Neide Teodoro – secretária.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) foi criada para que se estabelecessem as metas e prioridades da Administração Municipal para o próximo ano, dispondo sobre as despesas de capital, alterações na legislação tributária, bem como orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual, financeiramente quantificadas e estimadas provisoriamente.

A LDO não se limita, no entanto, a definir somente metas e prioridades do Governo Municipal, mas também orienta a elaboração da lei orçamentária e estabelece critérios e medidas para a Administração, ao elaborar o seu orçamento anual. É a demonstração do que vai ser feito durante o ano a que se refere, dirigindo o orçamento anual para a concretização da proposta.

Estiveram presentes participando da audiência pública o presidente do Legislativo, Ian Salomão e os vereadores Márcio da São José, Cícero Policial, Junior Baptista, Josimar Rodrigues e Paraná do Sindicato. Também presentes a Prefeita Almira Garms, o vice-prefeito Clemente Junior e representantes da população, ONG's e instituições.

Durante a audiência, vereadores e representantes da população fizeram perguntas e sugestões à Comissão, as quais foram devidamente respondidas e comentadas. A Prefeita Almira Garms aproveitou a ocasião e esclareceu algumas questões sobre a Administração Municipal e orçamento aos presentes.

Auxiliando a Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade na condução da audiência, estiveram o diretor de planejamento e o contador do Poder Executivo, respectivamente Marcos Valentim e Dênis Victorino. O prazo para apresentação de emendas é até 21/06.



Comissão de Orçamento

Cultura

Câmara aprova projeto da Prefeita Almira que altera composição do Conselho Municipal

Em Sessão Extraordinária realizada na segunda-feira, 26, a Câmara de Vereadores aprovou projeto de lei de autoria da Prefeita Almira Garms, que altera o art. 4º da Lei Municipal 2.460/2006, que criou o Conselho Municipal de Cultura (CMC).

De acordo com esta lei, o Conselho é composto por 5 representantes do Poder Público Municipal e 10 da Sociedade Civil Organizada. O projeto visa adequar a composição do Conselho Municipal de Cultura; a alteração proposta, além de outras disposições, estabelece a composição paritária do Conselho Municipal de Cultura, com 7 representantes do Poder Público Municipal e igual número de representantes da Sociedade Civil Organizada.

Assim, o Conselho Municipal de Cultura terá a seguinte composição: do Poder Público Municipal: um representante do Gabinete do Executivo; da Câmara Municipal; do Departamento de Cultura; do Departamento de Educação; do Departamento de Turismo; do Departamento de Saúde; e do Departamento de Assistência Social. Da Sociedade Civil: um representante das artes plásticas; das artes cênicas; da música; da literatura; do patrimônio histórico; da Associação Cultural Maestro Cícero Siqueira; e da Associação Comercial e Empresarial de Paraguaçu Paulista.

Executivo

Câmara aprova crédito para assistência social

Reunida em Sessão Ordinária na segunda-feira (26), a Câmara de Vereadores aprovou o Projeto de Lei 31/2017, de autoria da Prefeita Almira Garms, que dispõe sobre autorização para abertura de crédito suplementar ao Orçamento Programa 2017, no Departamento de Assistência Social, visando a reprogramação do saldo de recursos 2016, de origem federal, para utilização em 2017, e manutenção de atividades.

O crédito, no valor de de R\$ 233.900,27, será utilizado para: manutenção do I.G.D.; do CRAS - Centro de Referência da Assistência Social; do CREAS - Centro de Referência Especializado da Assistência Social; do I.G.D. - SUAS; e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

O crédito reprogramado será coberto com recursos provenientes do superavit financeiro do exercício anterior, por conta de transferência de recursos financeiros do Governo Federal; a reprogramação do saldo de recursos foi aprovada pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

Crédito

Câmara aprova projeto da Prefeita Almira para regularização de convênio

A Câmara de Vereadores de Paraguaçu Paulista, reunida em Sessão Extraordinária na segunda-feira (26), aprovou projeto da Prefeita Almira Garms, que dispõe sobre autorização para abertura de crédito especial ao Orçamento Programa 2017, no departamento de turismo, visando a restituição de recursos ao Estado de São Paulo e regularização da prestação de contas do Convênio 135/2014 – infraestrutura no distrito de Sapezal.

O crédito de R\$ 45.594,57 será destinado a manutenção da diretoria de turismo, pagamento de indenizações e restituições de recursos ao Estado e regularização da prestação de contas do referido convênio, o qual foi celebrado com a Secretaria de Estado do Turismo, por intermédio do DADETUR (Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos), para recebimento de recursos do Fundo de Melhoria das Estâncias.

O crédito será coberto com recursos provenientes do superavit financeiro do exercício anterior, por conta de transferência de recursos financeiros do Governo Estadual e rendimentos financeiros do convênio. Por conta da aplicação dos valores, solicita-se autorização para suplementar, por decreto, o crédito autorizado por esta lei, no montante equivalente aos rendimentos financeiros acumulados até a data da efetiva restituição de recursos ao Estado.

O valor conveniado é de R\$ 200.455,40 e R\$ 363,35 de contrapartida do município. Foi empenhado e pago R\$ 179.681,83. O saldo remanescente, considerando os rendimentos financeiros de 2014 a 2017, é de R\$ 45.594,57. Segundo o departamento de administração e finanças da Prefeitura, para finalizar o convênio é necessária a restituição de valores ao Estado para regularização e prestação de contas final.



UNIVESP

Câmara e Prefeitura promovem evento de lançamento oficial do polo de Paraguaçu Paulista

A Câmara de Vereadores e a Prefeitura Municipal de Paraguaçu Paulista promovem no próximo dia 7 de julho o evento de lançamento oficial da Univesp – Universidade Virtual do Estado de São Paulo – polo Paraguaçu Paulista.

A vinda da Univesp para o nosso município foi uma conquista do Presidente da Câmara, vereador Ian Salomão, com apoio do ex-prefeito de Marília Vinicius Camarinha. A Prefeita Almira Gams também se empenhou para que a cidade tivesse o seu polo da Univesp, trabalhando firmemente para cumprir em tempo hábil a contrapartida do município.

As inscrições para o vestibular estão abertas e vão até o dia 10 de julho. As provas acontecerão no dia 23/07 e o resultado será divulgado em 8 de agosto. A taxa das inscrições é de R\$ 48,00 e elas podem ser feitas pelo site www.univesp.br. São oferecidas 200 vagas para Paraguaçu Paulista, nos cursos de Engenharia da Produção, Engenharia da Computação, Matemática e Pedagogia. A previsão do início das aulas é 21 de agosto.

A cerimônia de lançamento oficial da Univesp polo Paraguaçu Paulista será realizada no Palácio Legislativo Água Grande às 19h e aberta ao público. Toda a população está convidada a prestigiar.



Comissão de Inquérito se reúne na Câmara

A Comissão Especial de Inquérito (CEI), instituída na última Sessão Ordinária de 19 de junho, deu início nesta quarta-feira (28) aos seus trabalhos, objetivando a apuração de possíveis irregularidades e ineficácia dos serviços prestados pelo Pronto Atendimento de nossa cidade.

Nesta primeira reunião, a Comissão deliberou quanto a algumas providências que deverão ser tomadas imediatamente, como a identificação de pessoas que reclamaram do Pronto Atendimento por meio da rede social Facebook.

Também deverá ser solicitado ao provedor do hospital local a relação dos servidores do Pronto Atendimento, como recepcionistas, enfermeiros, médicos, técnicos de enfermagem, entre outros. Além disso, também serão oficiados alguns cidadãos que tiveram problemas com o pronto-socorro local, sobretudo aqueles que tiveram familiares envolvidos em casos mais graves e óbitos.

A Comissão deverá se reunir novamente na próxima semana, ocasião em que deverá ser elaborado um cronograma de atividades e definidas as datas das oitivas. A CEI é formada pelos vereadores Serginho, como presidente; Paraná do Sindicato na função de secretário; Josimar Rodrigues como relator; e Luciana da Adepta e Márcio da São José como membros.



Comissão em sua primeira reunião

*Jornalista Responsável:
Leonardo Volcean - MTB 49.924*